

Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional

Bruna Wendt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Luana Dullius

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Resumo: Este estudo investigou as imagens sociais associadas aos jovens em situação de acolhimento institucional e jovens típicos. Participaram 224 pessoas selecionadas por conveniência, com idades entre 18 e 71 anos ($M = 33,97$, $DP = 11,42$), sendo que 68,4% já tiveram contato com adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco. Foi utilizado um questionário fechado, com 37 palavras para descrever os jovens, com itens em escala Likert. Os resultados indicaram que as características negativas foram mais associadas aos jovens em acolhimento institucional. Análises posteriores apontaram que os participantes que tinham contato com populações em situação de vulnerabilidade e risco percebem os jovens acolhidos como menos batalhadores do que os demais participantes, mas esse contato pouco interfere na percepção acerca deles. A partir disso, é importante a elaboração de estratégias que levem a uma reflexão social sobre as imagens vinculadas a esses jovens. Destaca-se também a necessidade de capacitação para os profissionais que atuam com esta população, com o objetivo de promover a consciência sobre a estigmatização desses jovens e garantir um acompanhamento favorável ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Jovens em Acolhimento, Acolhimento Institucional, Institucionalização, Imagens Sociais.

Social Images about Youth in Residential Care

Abstract: This study investigated the social images associated with young people in residential care and with typical young people. The participants were 224 people selected by convenience, with ages between 18 to 71 years old ($M = 33.97$, $SD = 11.42$), 68.4% of them had contact with teenagers in vulnerability and risk. The instrument used was a *Likert* scale questionnaire with 37 words describing young people. The results indicated that negative characteristics were more associated to the young people living in residential care. Subsequent analysis showed that participants who had contact with young people in vulnerability and risk perceive young people in residential care as less hard working than the other participants, but this contact does not significantly interfere in the perception about them. Therefore, it is important to devise social strategies to discuss the images related to these young people. Professionals who work in these institutions need training in order to raise awareness of stigmatization and to achieve a favorable monitoring of their development.

Keywords: Youth in Care, Residential Care, Institutionalization, Social Images.

Imágenes Sociales sobre Jóvenes en Acogimiento Institucional

Resumen: Este estudio investigó las imágenes sociales asociadas con adolescentes en acogimiento institucional y con jóvenes típicos. Participaron 224 personas seleccionadas por conveniencia, con edades entre 18 y 71 años ($M = 33,97$, $SD = 11,42$), de las cuales el 68,4% ha tenido contacto con los adolescentes vulnerables y en situación de riesgo. Fue utilizado un cuestionario en escala *Likert*, con 37 palabras para describir a los jóvenes. Los resultados indicaron que las características negativas se asocian más con los jóvenes en acogimiento institucional. Análisis posteriores mostraron que los participantes que tenían contacto con jóvenes vulnerables y en situación de riesgo perciben a los jóvenes en acogimiento como menos trabajadores que los otros participantes, pero el contacto no interfiere significativamente en la percepción acerca de ellos. A partir de esto, es importante elaborar estrategias que lleven a la reflexión social sobre las imágenes vinculadas con estos jóvenes. También se destaca la necesidad de formación para los profesionales que trabajan con esta población, con el objetivo de promover concientización acerca de la estigmatización de estos jóvenes y así lograr un adecuado seguimiento de su desarrollo.

Palabras clave: Jóvenes en Acogimiento, Acogimiento Residencial, Institucionalización, Imágenes Sociales.

Introdução

Desde o Período Colonial as instituições fazem parte da realidade social brasileira (Rizzini, & Rizzini, 2004), embora, ao longo dos anos, venham apresentando importantes mudanças na tentativa de se adequar às leis e normativas vigentes em cada período. Em função dessas transformações, a temática do acolhimento institucional vem ganhando cada vez mais espaços de discussão e reflexão (Rossetti-Ferreira et al., 2012).

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), ocorreram importantes modificações no campo da proteção à infância e à adolescência, sobretudo em função da maior valorização destes períodos. A garantia de direitos e a “Doutrina da Proteção Integral” ofereceram a crianças e jovens um novo posicionamento social, tornando-os prioridade absoluta em todos os âmbitos sociais. O reordenamento institucional proposto pelo ECA (Brasil, 1990) teve por objetivo qualificar e adequar os serviços de acolhimento às leis propostas e vem sendo implementado paulatinamente, a partir de um amplo processo de práticas interligadas.

A Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009a) ratificou as propostas do ECA, dispendo a respeito do aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e adolescentes. O conceito de famí-

lia também se ampliou, valorizando as diversas formas de estrutura familiar, próprias da cultura familiar brasileira (Assis, & Farias, 2013). A determinação de um prazo máximo de dois anos de acolhimento bem como a reiteração da excepcionalidade desta medida de proteção reafirmaram o caráter provisório da institucionalização e a importância de que crianças e adolescentes cresçam junto às suas famílias.

Essas determinações legais foram importantes para a reestruturação da rede de proteção e das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência. Ainda assim, a história marcada pelas instituições totais (Goffman, 1961) e por suas práticas higienistas e correccionais parecem ter produzido estigmas que ainda hoje circulam no imaginário social. Considera-se que as imagens sociais estão diretamente relacionadas a esses estigmas e correspondem a uma forma de classificar sujeitos a partir da construção de teorias implícitas sobre eles (Major, & O’Brien, 2005). Dessa forma, as imagens sociais são uma construção social, um protocolo fixado por uma determinada sociedade e em um determinado período. São resistentes a mudanças, sendo amplamente compartilhadas e estando presentes no cotidiano através das relações e interações estabelecidas, interferindo na forma de agir e de perceber os indivíduos (Casas, 2010).

Se por um lado há uma representação mais positiva em relação às instituições de acolhimento,

por outro, parece permanecer uma representação social que classifica as pessoas que compõem esse universo (Arpini, 2003; Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015). De acordo com Casas, Cornejo, Colton e Scholte (2000), crianças e adolescentes em situação de institucionalização são rotulados socialmente e prevalecem ideias negativas sobre esses grupos. Estudos vêm demonstrando o quanto estes estereótipos negativos podem afetar o bem-estar e o ajustamento psicológico dos indivíduos, estando associados ao estresse, à depressão, ao medo, à baixa autoestima, entre outros (Major, & O'Brien, 2005).

Apesar das mudanças ocorridas a partir das novas legislações brasileiras, a imagem social do acolhido continua atrelada às características negativas e pejorativas construídas ao longo dos séculos. Portella (2012) destaca que especialmente a adolescência institucionalizada permanece sendo alvo de preconceitos e de acesso precarizado a direitos, acarretando sua invisibilidade perante a sociedade.

Quando se trata de adolescentes em medida de proteção, a relevância do assunto parece não ser tão explícita como a discussão sobre crianças nesta mesma situação. Portella (2012) ressalta que, em geral, ao pensar-se sobre a temática da institucionalização, o que vem à memória são as crianças órfãs e violentadas ou ainda os adolescentes que cometeram atos de infração. Arpini (2003) argumenta que os adolescentes institucionalizados ainda são marcados por um forte estigma social e, via de regra, são julgados como se, necessariamente, carregassem problemas em suas “bagagens”.

Nessa realidade, pode ser observada uma culpabilização do indivíduo, sem que seja considerada a historicidade das situações ou dos acontecimentos. Por muito tempo os jovens que haviam cometido atos infracionais eram conduzidos às mesmas instituições onde encontravam-se jovens acolhidos por outros motivos, como o abandono e a pobreza. Assim, lembra Arpini (2003), ainda há uma tendência a não discriminar as situações que levaram os jovens a serem institucionalizados, havendo uma similar estigmatização. Não é feito um esforço para compreender o que os levou a esses serviços, em geral, resultado de uma violência estrutural da sociedade ou da negligência e violência praticadas por suas famílias (Arpini, 2003; Portella, 2012).

Nessas situações, a instituição de acolhimento configura-se, muitas vezes, como a principal fonte

de apoio e proteção para muitas crianças e adolescentes (Siqueira, Tubino, Schwarz, & Dell'Aglio, 2009). Deste modo, as relações estáveis e satisfatórias com os pares e outras pessoas significativas para o acolhido são extremamente importantes, reforçando o sentimento de pertença e o desenvolvimento de um processo resiliente. Dell'Aglio e Dalbem (2008) apontam o valor indiscutível do papel dos cuidadores para a efetivação dos processos de superação e enfrentamento das situações adversas em jovens em acolhimento. Mota e Matos (2010), em estudo realizado em Portugal, destacaram os efeitos positivos do bom relacionamento entre jovens acolhidos e os profissionais da instituição sobre o desenvolvimento de competências sociais, sobretudo o autocontrole, a empatia e a assertividade.

Ainda assim, muitas vezes, a estigmatização dos jovens em acolhimento provém e é sustentada por aqueles que trabalham ou têm contato com essa população, podendo, inclusive, dificultar as tentativas de reinserção do acolhido no ambiente familiar, interferindo diretamente no tempo de institucionalização (Vasconcelos, Yunes, & Garcia, 2009), na construção de identidade e nas vivências pós-acolhimento. Portanto, compreender as crenças e percepções destes indivíduos acerca dos jovens institucionalizados torna-se fundamental, pois podem interferir amplamente na dinâmica das relações e no funcionamento dos serviços.

Um estudo qualitativo conduzido por Arpini (2003) investigou a realidade institucional a partir do discurso dos adolescentes que lá residiam. Foi identificado que os profissionais das instituições de acolhimento também possuíam imagens negativas sobre esses jovens, interferindo em suas práticas cotidianas. A autora conclui que a desqualificação e desvalorização desses jovens reproduz o estigma social, culpabilizando crianças e adolescentes pela sua condição.

Dados semelhantes foram verificados por Fraga (2008), em um estudo com agentes educadoras de uma instituição de acolhimento do interior de São Paulo. O discurso das funcionárias da instituição evidenciou a presença de uma imagem negativa do local, representado como um espaço do excluído e marginalizado, do abandono e da não possibilidade. Quanto aos acolhidos, predominaram as imagens referentes ao trauma, à infelicidade, ao sofrimento, à carência e à tristeza.

Em outra pesquisa, Negrão e Constantino (2011) constataram que as concepções dos funcionários sobre as crianças e adolescentes acolhidos transitam entre dois polos: em alguns momentos há uma

vitimização dos acolhidos, exigindo “amor, doação, tolerância, paciência” dos profissionais, e em outros passam a ser vistos sob o estigma da culpabilização, sendo tachados de “violentos”, “revoltados” e “problemáticos”. Neste último caso, o acolhimento seria uma forma de punição.

Outra perspectiva a ser considerada é a imagem social do acolhido relacionada ao ambiente escolar, um dos contextos primários de socialização. A escola não está isenta de influências sociais, pois também é perpassada pela matriz sócio-histórica da institucionalização da infância e da adolescência. Baseada na tradição moderna de educação, a escola construiu uma categoria de aluno idealizada, para a qual estaria preparada, com a qual se identifica e da qual o indivíduo em acolhimento institucional – marginalizado e fracassado, de acordo com o discurso hegemônico – não faz parte, sendo excluído e silenciado. A diferença entre os alunos idealizados e os reais parece estar na origem de diversos conflitos escolares (Buffa, Pauli-Teixeira, & Rossetti-Ferreira, 2010). Estudos nacionais e internacionais identificaram crenças negativas a respeito de crianças e adolescentes institucionalizados por parte dos profissionais das escolas (Costa, 2005; Santos, 2009), resultando em baixas expectativas quanto ao futuro dos jovens e em processos de discriminação e exclusão.

Aspectos macrossistêmicos como crenças, valores e representações negativas associadas aos acolhidos e às suas famílias parecem interferir nas práticas sociais de atendimento, dificultando e prorrogando o retorno à convivência familiar (Siqueira, Massignan, & Dell’Aglia, 2011; Vasconcelos et al., 2009). Mais do que desempenhar a função crucial de educar, acompanhar o desenvolvimento e propiciar bem-estar, os profissionais das instituições participam do processo de resgate e reconstrução da história individual de cada acolhido. É importante que as práticas estejam sempre sendo repensadas e discutidas e que os profissionais sejam continuamente apoiados e qualificados (Siqueira et al., 2009).

Considerando que as instituições de acolhimento passam a fazer parte do sistema de apoio social e afetivo dos adolescentes e que se configuram como o principal contexto de cuidado, proteção, socialização e desenvolvimento, é necessária uma reflexão sobre as crenças e imagens sociais associadas aos jovens em acolhimento. Desta forma, este estudo, do tipo exploratório, descritivo e quantitativo, teve por obje-

tivo investigar e discutir as imagens sociais atribuídas a jovens institucionalizados, comparando indivíduos que já tiveram contato ou não com este público-alvo.

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa denominado “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados”, desenvolvido através de uma parceria articulada entre o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Dessa forma, estudos exploratórios com objetivos similares vêm sendo realizados tanto no Brasil como em Portugal (Calheiros et al., 2015; Domingues, 2013), tendo havido uma primeira etapa de pesquisa mais qualitativa e uma segunda etapa, na qual se insere este estudo, realizada a partir de instrumentos derivados dos dados iniciais, conforme será descrito na metodologia.

Método

Participantes

O estudo foi realizado com 224 participantes, selecionados por conveniência. Os participantes tinham idades entre 18 e 71 anos ($M = 33,97$, $DP = 11,41$), sendo a maioria do sexo feminino (83,6%), solteira (52,1%), com ensino médio (11,5%), curso superior (84,7%) ou pós-graduação (27,3%). Quanto à área de atuação, 68,4% da amostra já teve ou tem contato profissional com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, sendo 37,4% na área de assistência social, 20,1% na área de educação, 17,8% na área de saúde e 5,1% na área da justiça.

Instrumento

O questionário utilizado nesse estudo foi construído a partir dos dados coletados em um questionário aberto na primeira etapa da pesquisa na qual foi realizado um levantamento das palavras mais frequentes utilizadas para descrever os jovens (jovens institucionalizados, jovens não institucionalizados de nível socioeconômico baixo e jovens não institucionalizados de nível socioeconômico médio). A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2004) e da categorização das palavras utilizadas pelos participantes para descrever os jovens, foi elaborado um questionário fechado de autorrelato com as palavras mais frequentes identificadas no questionário aberto. O questionário foi composto por 37 palavras de valência negativa ou positiva, em que o participante respondia em uma escala *Likert*

de cinco pontos, o quanto considerava que as características descreviam um jovem típico brasileiro e um jovem institucionalizado. Posteriormente as mesmas palavras foram rerepresentadas, sendo solicitada a avaliação quanto a sua valência (muito negativa, negativa, neutra/indiferente, positiva, muito positiva), considerando um jovem de forma geral. O instrumento também investigou informações sociodemográficas, como idade, sexo, escolaridade, estado civil, renda, e se os participantes tinham/tiveram contato com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e risco, bem como sua área de atuação: saúde, educação, assistência social e/ou justiça.

Procedimentos e considerações éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Parecer nº 420.578). Os participantes foram acessados por conveniência, em diferentes instituições de acolhimento institucional das cidades participantes e em locais de circulação pública, sendo convidados a participar do estudo. Foram oferecidas informações sobre os objetivos do estudo, sobre a voluntariedade da participação, a garantia de sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Os participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados do instrumento foram digitados em planilha eletrônica no *software* SPSS para posterior análise.

Resultados

Inicialmente foi realizada uma análise para avaliar as valências das 37 características utilizadas no instrumento. A partir das médias apresentadas na escala *Likert*, as valências foram classificadas em positiva, neutra ou negativa, considerando o ponto de corte estabelecido pelos pesquisadores: valência negativa para médias entre 1 a 2,5 pontos; neutra entre 2,6 a 3,4; e positiva para médias entre 3,5 e 5 pontos. As palavras: agressivo, baixa autoestima, carente, com problemas, desinteressado, desmotivado, frustrado, inseguro, revoltado, sozinho, traumatizado, triste e vulnerável foram classificadas com valência negativa; ansioso, ciumento, humilde, introvertido, calmo, estável e sensível apresentaram valência neutra; enquanto que amado, apresentável, batalhador, bom aluno,

carinhoso, confiante, descontraído, educado, empenhado, feliz, inteligente, protegido, responsável, saudável, sociável, sonhador e trabalhador apresentaram valência positiva.

Para as análises posteriores foram retiradas as características de valência neutra, mantendo-se as 30 características classificadas como positivas ou negativas. Foram então realizadas análises para comparar os resultados entre os grupos de jovens típicos e em acolhimento institucional, além de comparar os grupos de participantes com contato e sem contato com jovens em situação de risco e vulnerabilidade. A Tabela 1 apresenta as médias e desvios padrão das características considerando os jovens típicos e os jovens em acolhimento institucional, além dos resultados referentes ao Teste *t*.

As médias totais das características variaram de 2,34 a 4,07 ($M = 3,07$, $DP = 0,42$), sendo que as médias mais altas foram relativas às características: com problemas, carente, vulnerável, revoltado e traumatizado; e as mais baixas referentes às características: confiante, bom aluno, amado e protegido. Observou-se, ainda, que entre as médias com escores acima de 3 em ambos os grupos, predominaram palavras negativas, como agressivo, baixa autoestima, carente, com problemas, desmotivado, inseguro, revoltado e vulnerável, por exemplo. No entanto, o Teste *t* para amostras pareadas apontou diferenças significativas ($p < 0,05$) entre os dois grupos de jovens na maioria das características, com exceção das palavras carinhoso e responsável. Entre os jovens típicos as médias significativamente mais altas predominaram em palavras de valência positiva, como por exemplo, amado, apresentável, batalhador, saudável, sociável, sonhador e trabalhador. Entre os jovens em acolhimento institucional, as médias significativamente mais altas predominaram em palavras de valência negativa, tais como agressivo, baixa autoestima, carente, com problemas, traumatizado e vulnerável.

A Tabela 2 apresenta os resultados das médias e dos desvios-padrão de cada característica considerando os jovens típicos e os jovens em acolhimento institucional por grupo de participantes respondentes, sem ou com contato com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade.

As análises através do Teste *t* para amostras independentes apontaram diferença significativa em algumas características considerando quem teve contato e quem não teve contato com jovens em situação de

Tabela 1

Médias e desvios-padrão das características de jovens típicos e em acolhimento institucional

Características	Jovens típicos	Jovens institucionalizados	t	p
Agressivo	3,02 (0,72)	3,57 (0,79)	8,08	< 0,001
Amado	3,01 (0,70)	2,44 (0,79)	7,769	< 0,001
Apresentável	3,00 (0,70)	2,53 (0,75)	6,98	< 0,001
Baixa autoestima	3,05 (0,74)	3,55 (1,06)	6,125	< 0,001
Batalhador	3,03 (0,82)	2,58 (0,87)	6,239	< 0,001
Bom aluno	2,71 (0,62)	2,44 (0,82)	3,92	< 0,001
Carente	3,37 (0,88)	3,92 (0,99)	6,917	< 0,001
Carinhoso	2,94 (0,72)	2,83 (0,77)	1,699	0,091
Com problemas	3,48 (0,84)	4,07 (0,85)	7,75	< 0,001
Confiante	2,77 (0,82)	2,34 (0,80)	6,212	< 0,001
Descontraído	3,34 (0,85)	2,70 (0,14)	9,035	< 0,001
Desinteressado	3,16 (0,82)	3,33 (0,82)	2,291	0,023
Desmotivado	3,12 (0,91)	3,50 (0,92)	4,41	< 0,001
Educado	2,83 (0,75)	2,60 (0,76)	3,314	0,001
Empenhado	2,76 (0,76)	2,48 (0,82)	4,406	< 0,001
Feliz	3,12 (0,75)	2,50 (0,81)	9,258	< 0,001
Frustrado	2,98 (0,79)	3,51 (0,91)	6,401	< 0,001
Inseguro	3,38 (0,82)	3,62 (0,91)	3,176	0,002
Inteligente	3,35 (0,82)	3,06 (0,69)	4,596	< 0,001
Protegido	2,67 (0,80)	2,46 (1,00)	2,436	0,016
Responsável	2,68 (0,76)	2,60 (0,78)	1,213	0,227
Revoltado	3,22 (0,89)	3,75 (0,93)	6,39	< 0,001
Saudável	3,10 (0,85)	2,93 (0,73)	2,453	0,015
Sociável	3,07 (0,93)	2,72 (0,80)	4,743	< 0,001
Sonhador	3,59 (0,95)	3,28 (0,92)	4,28	< 0,001
Sozinho	2,91 (0,84)	3,55 (0,97)	7,562	< 0,001
Trabalhador	2,93 (0,85)	2,71 (0,79)	3,118	0,002
Traumatizado	2,92 (0,82)	3,75 (0,93)	10,728	< 0,001
Triste	2,82 (0,79)	3,50 (0,89)	8,924	< 0,001
Vulnerável	3,39 (0,85)	3,91 (0,91)	7,143	< 0,001

Tabela 2

Médias e desvios-padrão das características de jovens típicos e em acolhimento institucional por grupo de participantes (sem contato e com contato).

Características	Típicos		Institucionalizados	
	Sem contato	Com contato	Sem contato	Com contato
Agressivo	2,99 (0,80)	3,11 (0,72)	3,47 (0,88)	3,62 (0,74)
Amado	3,04 (0,74)	2,99 (0,70)	2,35 (0,83)	2,48 (0,78)
Apresentável	2,91 (0,81)	3,04 (0,67)	2,38 (0,83)	2,60 (0,70)
Baixa autoestima	2,97 (0,79)	3,11 (0,73)	3,55 (1,24)	3,57 (0,97)
Batalhador	3,31 (0,89)*	2,87 (0,77)	2,88 (0,90)*	2,43 (0,83)
Bom aluno	2,79 (0,72)	2,66 (0,60)	2,56 (0,96)	2,38 (0,75)
Carente	3,36 (1,01)	3,38 (0,84)	3,97 (1,02)	3,91 (0,99)
Carinhoso	3,06 (0,77)	2,85 (0,69)	2,70 (0,87)	2,89 (0,71)
Com problemas	3,70 (0,90)*	3,42 (0,79)	4,02 (0,93)	4,13 (0,80)
Confiante	2,88 (0,87)	2,69 (0,78)	2,39 (0,95)	2,30 (0,71)
Descontraído	3,57 (0,85)*	3,24 (0,82)	2,56 (0,93)	2,74 (0,72)
Desinteressado	3,03 (0,95)	3,24 (0,80)	3,24 (0,91)	3,39 (0,77)
Desmotivado	2,94 (1,02)	3,26 (0,86)*	3,52 (1,05)	3,51 (0,86)
Educado	2,96 (0,86)	2,76 (0,71)	2,62 (0,83)	2,57 (0,73)
Empenhado	3,04 (0,78)*	2,65 (0,76)	2,61 (0,89)	2,39 (0,76)
Feliz	3,27 (0,79)*	3,03 (0,73)	2,47 (0,84)	2,49 (0,79)
Frustrado	2,88 (0,86)	3,01 (0,77)	3,55 (1,05)	3,49 (0,86)
Inseguro	3,36 (0,96)	3,44 (0,79)	3,56 (0,96)	3,65 (0,89)
Inteligente	3,46 (0,85)	3,27 (0,82)	3,09 (0,69)	3,03 (0,69)
Protegido	2,61 (0,87)	2,69 (0,78)	2,36 (1,00)	2,50 (1,01)
Responsável	2,69 (0,85)	2,63 (0,69)	2,67 (0,86)	2,58 (0,75)
Revoltado	3,25 (1,00)	3,27 (0,83)	3,79 (0,96)	3,75 (0,91)
Saudável	3,01 (0,89)	3,15 (0,87)	2,83 (0,79)	2,98 (0,72)
Sociável	3,25 (0,97)*	2,97 (0,88)	2,74 (0,88)	2,71 (0,74)
Sonhador	3,97 (0,83)*	3,38 (0,94)	3,44 (0,87)	3,20 (0,91)
Sozinho	2,82 (0,85)	2,98 (0,85)	3,65 (1,10)	3,51 (0,90)
Trabalhador	3,16 (0,94)*	2,79 (0,81)	2,79 (0,90)	2,70 (0,74)
Traumatizado	2,84 (0,96)	2,97 (0,72)	3,77 (1,00)	3,73 (0,91)
Triste	2,81 (0,85)	2,86 (0,78)	3,53 (1,04)	3,49 (0,83)
Vulnerável	3,28 (0,96)	3,49 (0,81)	3,74 (1,04)	3,99 (0,87)

*p < 0,05.

vulnerabilidade e risco. Com relação aos jovens típicos foram: batalhador ($p < 0,01$), com problemas ($p < 0,025$), descontraído ($p < 0,008$), desmotivado ($p < 0,018$), empenhado ($p < 0,001$), feliz ($p < 0,036$), sociável ($p < 0,038$), sonhador ($p < 0,01$) e trabalhador ($p < 0,004$). Na maioria delas as médias foram maiores no grupo de participantes que não teve contato com jovens em situação de vulnerabilidade e risco, com exceção da característica desmotivado, que apresentou média mais alta entre os participantes que tiveram contato. Em relação aos jovens em acolhimento, apenas um atributo apresentou média com diferença significativa entre os dois grupos de participantes (com contato e sem contato): batalhador ($p < 0,001$), considerando que o grupo de participantes com contato com jovens em vulnerabilidade e risco apresentou uma média menor, indicando que estes participantes consideravam os jovens em acolhimento menos batalhadores do que os participantes sem contato com esta população.

Discussão

A partir da observação dos resultados referentes às médias das características atribuídas aos jovens típicos e em acolhimento institucional, foram observadas médias mais altas (acima do escore 3) em características negativas para ambos os grupos. Sendo a adolescência uma construção social (Bock, 2004), essas crenças e representações negativas acerca dos jovens em geral ainda estão associadas a uma concepção prévia e naturalizada da adolescência como um período conflituoso e instável, repleto de crises e situações problemáticas. Dessa forma, quando os participantes foram solicitados a caracterizar um jovem de modo geral, reproduziram o que socialmente tem sido atribuído aos adolescentes na nossa sociedade, referente, sobretudo, a uma instabilidade e turbulência emocional, ideia postulada pelos primeiros teóricos que estudaram a adolescência, por exemplo, Stanley Hall (Grossman, 2010).

No entanto, os resultados da análise estatística mostraram que as características consideradas positivas foram significativamente associadas aos jovens típicos, enquanto que os atributos considerados negativos foram significativamente associados aos jovens em acolhimento institucional. Estes resultados estão de acordo com a literatura que vem apontando que crianças e jovens institucionalizados são rotulados socialmente e que prevalecem imagens sociais negativas (Arpini, 2003; Portella, 2012). Em estudo similar realizado em Portu-

gal, Calheiros et al. (2015) verificaram que as imagens sociais atribuídas aos jovens em situação de acolhimento são vinculadas, sobretudo, a características de comportamento externalizante, como “agressivo” e “rebelde”. Embora os adolescentes de modo geral recebam rótulos negativos, o processo de estigmatização parece ser ainda mais intenso quando se trata de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social como aqueles que se encontram em acolhimento institucional. Esses jovens carregam consigo vestígios familiares motivadores do acolhimento, bem como a história das próprias instituições, marcada por um regime autoritário, práticas violentas e dificuldades na retomada da convivência comunitária (Arpini, 2003).

Mesmo que o ECA (Brasil, 1990) tenha consolidado novas práticas de cuidado e de atendimento à população em situação de acolhimento institucional, parecem perdurar os estigmas construídos desde o período colonial, mantendo-se enraizados no imaginário social. Um dos aspectos que parece estar associado à atribuição de características negativas aos jovens institucionalizados refere-se à idealização da família como a única capaz de possibilitar o pleno desenvolvimento de seus membros. Dessa forma, a família do adolescente acolhido, a partir de uma concepção social naturalizada, é vista como incapaz de cumprir seu papel, sendo caracterizada como desestruturada (Domingues, 2013) e acomodada frente à situação em que se encontra (Vectore, & Carvalho, 2008). O jovem acolhido acaba sendo englobado por essas crenças, sendo percebido como uma extensão de sua família, carregando consigo as mesmas características associadas a ela (Arpini, 2003; Casas, 2010).

Embora o acolhimento institucional traga muitas mudanças na vida de uma criança ou de um adolescente, os impactos causados pela violência e negligência ocorridas antes do acolhimento institucional tendem a gerar consequências mais devastadoras do que a própria institucionalização. Schütz, Sarriera, Bedin e Montserrat (2014) destacam que as baixas médias de bem-estar subjetivo encontradas em crianças acolhidas parecem estar amplamente relacionadas à instabilidade, ao abandono, à negligência e aos maus-tratos experienciados antes do acolhimento. Evidencia-se com isso que a imagem social negativa concernente aos jovens institucionalizados pode estar diretamente associada aos motivos que os levaram à institucionalização, não sendo, necessariamente, decorrente da medida de proteção em si.

A estabilidade relacional proporcionada pelas instituições pode atuar de maneira positiva e compensatória. A instituição e os demais equipamentos sociais têm a função de, justamente, trabalhar com as demandas já existentes e possibilitar novas relações e experiências significativas. Alguns estudos têm evidenciado as potencialidades desta medida, referentes, sobretudo, à proteção e à resiliência diante de situações tão adversas decorrentes da violação de direitos (Álvares, & Lobato, 2013; Rodrigues, Gava, Sarriera, & Dell'Aglio, 2014).

Apesar das inovações legais e políticas que visam a romper com a cultura da institucionalização, o acolhimento institucional ainda não é entendido como um direito desses sujeitos, indicando que é preciso investir em estratégias de modificação do imaginário social associado a essas situações, tendo em vista que os estigmas podem trazer marcas doloridas e definitivas para os sujeitos. A imagem que se tem de um jovem institucionalizado, quando compartilhada socialmente, interfere diretamente na forma como o jovem se percebe e como os grupos sociais o recebem, integrando-o ou não naquele contexto. Os próprios jovens consideram que a condição de institucionalização lhes confere uma identidade social, marcando-os como diferentes perante a sociedade e os tornando, potencialmente, alvos de preconceito (Buffa et al., 2010; Rodrigues et al., 2014)

As características atribuídas aos jovens institucionalizados pouco variaram entre os grupos de participantes (com contato ou sem contato), sendo possível avaliar que as percepções e concepções sobre esta população dependem pouco das relações ou do contato proximal. Tal resultado também foi encontrado no estudo de Calheiros et al. (2015), o qual verificou que crianças e jovens institucionalizados são vistos como vítimas, e que essa imagem social é generalizada entre profissionais da área e pessoas leigas. Acredita-se, portanto, que os aspectos mais amplos relativos à história das instituições, aos valores e aos estigmas associados à cultura da institucionalização são mais determinantes na atribuição de características aos diferentes tipos de jovens do que o contato com os mesmos.

Neste estudo, as análises evidenciaram que apenas uma característica apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos, indicando que os participantes que tinham contato com jovens em situação de risco e vulnerabilidade viam os jovens em acolhimento como menos batalhadores do que

os demais participantes. Embora nem todos participantes com contato atuassem diretamente em instituições de acolhimento, esperava-se que tivessem um conhecimento mais amplo sobre a situação da institucionalização e, portanto, pudessem caracterizar esses jovens de forma diferente do que as pessoas que não tinham contato com essa população. Calheiros et al. (2015) apontam que a sobrecarga de trabalho e o esgotamento frequentemente identificados em profissionais da área da proteção à infância e à juventude tendem a contribuir para a generalização das imagens negativas associadas ao público acolhido.

Para que o acolhimento não se torne uma experiência negativa, é preciso que as instituições estejam preparadas para receber os jovens e para manejar com as mais diversas situações que possam surgir, incluindo estes processos de estigmatização e rotulagem. Os atributos negativos significativamente associados aos jovens institucionalizados evidenciam a importância de qualificar os profissionais que têm um papel fundamental na socialização e no desenvolvimento dos acolhidos. É necessário, portanto, um processo cuidadoso de recrutamento e seleção de profissionais baseado em um perfil, considerando critérios específicos para cada cargo institucional (Brasil, 2009b). Muitas vezes, o número inadequado de profissionais, o acúmulo de funções, a alta rotatividade dos funcionários e a urgência da contratação devido à grande demanda prejudicam o bom andamento de adequadas seleção e capacitação (Portella, 2012). A contratação dos profissionais ocorre sem qualquer critério e a capacitação do trabalhador acontece na prática diária (Botelho, Moraes, & Leite, 2015; Halpern, Leite, & Moraes, 2015). O emprego de indivíduos despreparados que apresentam crenças do senso comum e não possuem conhecimento técnico e teórico sobre esta realidade social pode levar a um reforçamento dos estigmas e das imagens negativas relativas à população acolhida, a qual, por sua vez, vive um processo de revitimização.

A importância da contínua capacitação é apontada pelos próprios profissionais das instituições que relatam seus benefícios no sentido de instrumentalizá-los nas intervenções cotidianas (Barros & Naiff, 2015). Embora ainda haja um significativo hiato entre a realidade e o que está prescrito nos documentos (Halpern et al., 2015), o processo de capacitar, além de uma obrigação legal, abre espaços de discussão para uma articulação adequada entre a

teoria e a prática, procurando contemplar as especificidades que o acolhimento institucional apresenta (Barros, & Naiff, 2015).

Neste fazer profissional, tão desafiador e delicado, inclui-se a necessidade de dar-se voz e visibilidade aos jovens acolhidos, pois pouco se ouve e se problematiza a respeito da experiência social desses sujeitos (Portella, 2012). Como parte do processo de desenvolvimento de autonomia e de participação social dos jovens, é importante que se articulem espaços de discussão para escutá-los, sendo indispensável para a elaboração de qualquer ação que os envolva (United Nations Children's Fund, 2001). Estimular a participação democrática do jovem permite que, aos poucos, ele desempenhe um papel ativo na construção de sua realidade social.

Diante de tantas responsabilidades, é fundamental, portanto, que as instituições não vinculem à provisoriedade possíveis explicações para a falta de compromisso com o processo de proteção e cuidado dos acolhidos. O caráter transitório produz, muitas vezes, vínculos frágeis, sendo um grande desafio transformar a instituição, simultaneamente, em apoio social aos jovens, mas também em um espaço que permita a (re)significação de experiências e a construção de novas possibilidades de vida para seguirem adiante.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar as imagens sociais atribuídas aos jovens institucionalizados por indivíduos que tinham ou não contato com este público-alvo. Foi observado que as características negativas foram significativamente associadas a eles, demonstrando que o imaginário social ainda é permeado por estigmas relacionados à cultura da institucionalização e à história das instituições. Apenas a característica “batalhador” apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos de participantes, indicando que o contato proximal com os jovens institucionalizados pouco interfere na percepção acerca dos mesmos. De fato, as imagens sociais são atravessadas por processos mais amplos e complexos referentes à construção e ao compartilhamento de conhecimento, que estão presentes na cultura, na história e nas práticas de uma sociedade. A pouca variabilidade das imagens sociais entre os participantes indica a importância de investir-se na criação de estratégias junto a toda sociedade a fim de reconstruir o imaginário social ainda muito negativo vinculado aos jovens.

Ressalta-se que esses jovens institucionalizados tiveram seus direitos fundamentais violados através das situações de violência, negligência e/ou abandono vivenciadas, e podem ser revitimizados a partir dos rótulos a eles associados. Embora a temática seja de extrema relevância, o foco da maioria das pesquisas e discussões acerca do acolhimento institucional segue sendo a infância institucionalizada. Faz-se necessário, portanto, que os diversos atores sociais da rede estejam comprometidos com a tarefa de dar visibilidade aos jovens acolhidos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e em pleno desenvolvimento biopsicossocial, garantindo-lhes um atendimento digno e integral. Capacitações e formações adequadas, bem como uma melhor valorização dos profissionais que atuam nessa área são fundamentais para que eles possam atender esses adolescentes da melhor maneira possível (Portella, 2012), respeitando sua individualidade e fortalecendo-os enquanto sujeitos autônomos.

Mesmo que não se constituam uma solução a longo prazo, as instituições têm um papel central na vida de muitas crianças e adolescentes. Aqueles que lidam diariamente com crianças e adolescentes em contexto de acolhimento institucional assumem um papel privilegiado e potencialmente decisivo na perspectiva da intervenção. É fundamental que se transmita a ideia de que o acolhido é verdadeiramente apreciado e valorizado, considerando suas limitações e potencialidades, de forma que possam ser promovidos sentimentos de aceitação e de pertença que aumentem a sua autoestima (Calheiros et al., 2013).

Além da relevância teórica, a temática do acolhimento institucional apresenta uma relevância social já que se trata de um campo tão complexo vinculado à garantia de direitos de crianças e adolescentes (D'Aroz, & Stolz, 2012). As frequentes mudanças e reformulações nas leis e normativas exigem investigações e reflexões contínuas sobre o assunto. Este estudo teve um objetivo exploratório e a amostra foi selecionada por conveniência, não sendo possível realizar inferências para outras realidades sociodemográficas. Portanto, sugere-se, para estudos futuros, a composição de amostras representativas da população. Ressalta-se também a importância de estudos com metodologia qualitativa que possam investigar e avaliar de forma aprofundada os efeitos destas imagens sociais negativas sobre as práticas de atendimento, assim como sobre o desenvolvimento dos jovens em acolhimento institucional.

Referências

- Álvares, A. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, 21(1), 151-164. <https://doi.org/10.9788/TP2013.1-11>
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>
- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3a ed). Lisboa: Edições 70.
- Barros, N. S., & Naiff, L. A. M. (2015). Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(1), 240-259. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15n1/v15n1a14.pdf>
- Brasil. (1990, 16 de julho). Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Brasil (2009a, 4 de agosto). Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Brasil (2009b). *Orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Conanda.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica a naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Caderno Cedes*, 24(62), 26-43. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622004000100003>
- Botelho, A. P., Moraes, M. C. M. B., & Leite, L. C. (2015). Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 7-16. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.18112013>
- Buffa, C. G., Pauli-Teixeira, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 17-34. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200003
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: how children, youth and residential care institutions are portrayed? *Children and Youth Services Review*, 55, 159-169. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>
- Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M. V. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. M. Calheiros, & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (pp. 241-292). Lisboa: Silabo.
- Casas, F. (2010). Representaciones sociales que influyen en las políticas sociales de infancia y adolescencia en Europa. *Pedagogía Social*, (17), 15-28. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135013577002>
- Casas, F., Cornejo, J., Colton, M., & Scholte, E. (2000). Perceptions of stigmatization and satisfaction with services received among users of social welfare services for the child and the family in three European regions. *Social Indicators Research*, 51(3), 287-308. <https://doi.org/10.1023/A:1007026228053>
- Costa, A. (2005). *Um estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados* (dissertação de mestrado). Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.
- D'Aroz, M. S., & Stolz, T. (2012). O cuidado institucional na visão de adolescentes acolhidos. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (6), 198-220. <https://doi.org/10.17921/2176-5626.%25n6p%25p>
- Dell'Aglio, D. D., & Dalbem, J. X. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1), 33-40. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1455>
- Domingues, A. L. (2013). *Imagens associadas às famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional* (dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal.

- Fraga, L. B. (2008). *Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadores de abrigo à luz da história de vida* (dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Grossman, E. (2010). A construção do conceito de adolescência no Ocidente. *Adolescência e Saúde*, 7(3), 47-51. Recuperado de http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=235
- Halpern, E. E., Leite, L. M. C., & Moraes, M. C. M. B. (2015). Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13(Supl. 1), 91-113. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00033>
- Major, B., & O'Brien, L. T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, 56, 393-421. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrole. *Análise Psicológica*, 28(2), 245-254. <https://doi.org/10.14417/ap.278>
- Negrão, A. V. G., & Constantino, E. P. (2011). *Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- Portella, E. M. B. (2012). *Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional* (dissertação de mestrado). Faculdade de Serviço Social, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: Loyola.
- Rodrigues A. L., Gava L. L., Sarriera J. C., & Dell'Aglio D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescente em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n2/v14n2a02.pdf>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Pauli-Teixeira, S. C. et al. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>
- Santos, A. S. C. S. (2009). *(In)sucesso escolar de crianças e jovens institucionalizados* [dissertação de mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Schütz, F. F., Sarriera, J. C., Bedin, L., & Montserratt, C. (2014). Subjective well-being of children in residential care centers: comparison between children in institutional care and children living with their families. *Psicoperspectivas*, 15(1), 19-30. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol14-Issue1-fulltext-517>
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(50), 383-391. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300011>
- Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C., & Dell'Aglio, D. D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100017
- United Nations Children's Fund – UNICEF. (2001). *Adolescents in Latin America and the Caribbean: policy guidelines*. Bogotá: Unicef.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(43), 221-229. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200010>
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 441-449. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>

Bruna Wendt

Doutoranda e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA-UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: brunawendt@yahoo.com.br

Luana Dullius

Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA-UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: luana.dullius@gmail.com

Débora Dalbosco Dell'Aglio

Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora de mestrado e doutorado e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: dddellaglio@gmail.com

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade.

Rua Ramiro Barcelos, 2600/ sala 115, Santana. CEP: 90035-003.

Porto Alegre – RS, Brasil.

Recebido 16/11/2015

Aprovado 10/02/2017

Received 17/02/2015

Approved 12/02/2017

Recebido 16/11/2015

Aceptado 10/02/2017

Como citar: Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento enstitucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. <https://doi.org/10.1590/1982-370304012016>

How to cite: Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Social images about youth in residential care. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. <https://doi.org/10.1590/1982-370304012016>

Cómo citar: Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imágenes sociales sobre jóvenes en acogimiento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. <https://doi.org/10.1590/1982-370304012016>